



FRANK ANKERSMIT CHEGA AO BRASIL

João Rodolfo Munhoz Ohara^{*}
Universidade Estadual de Londrina – UEL
ohara.hal@gmail.com

Frank Ankersmit, hoje professor emérito da Universidade de Groningen, tinha até 2012 poucas páginas de sua autoria traduzidas para o português – sendo seu debate com Perez Zagorin, originalmente publicado na revista *History & Theory* e traduzido na revista **Topoi** em 2001, a referência principal. Parece-me que é essa ausência de traduções nos últimos onze anos que o livro publicado pela EdUEL vem suprir, e que explica a natureza desse livro. **A Escrita da História**: a natureza da representação histórica¹ não tem uma obra gêmea na bibliografia estrangeira de Ankersmit: trata-se de uma coletânea de textos provenientes desde **History and Tropology**² até seu mais recente **Meaning, Truth and Reference in Historical Representation**,³ acrescidos de um prefácio especialmente escrito para a edição brasileira e de uma entrevista inédita conduzida por pesquisadores do grupo de pesquisa Epistemologias e Metodologias da História, da UEL. A amplitude temporal que esta edição cobre tem o mérito de oferecer ao mesmo tempo uma introdução ao pensamento do historiador e filósofo holandês e o acesso a suas reflexões mais recentes sobre problemas relativamente perenes em sua trajetória intelectual. A grande quantidade de problemas tipográficos (erros de digitação, formatação, problemas de revisão textual) não deve ofuscar a importância desse livro no debate presente da teoria da história.

^{*} Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

¹ ANKERSMIT, Frank Rudolf. **A Escrita da História**: a natureza da representação histórica. Londrina: EdUEL, 2012.

² ANKERSMIT, Frank Rudolf. **History and Tropology**: the rise and fall of metaphor. Los Angeles: University of California Press, 1994.

³ ANKERSMIT, Frank Rudolf. **Meaning, Truth and Reference in Historical Representation**. New York: Cornell University Press, 2012.

O prefácio, escrito pelo próprio Ankersmit, atua como uma prática e valiosa introdução ao tema que atravessa as linhas seguintes. Diferencia e contextualiza, logo de saída, a filosofia especulativa da história (aquela de Hegel, Marx e Toynbee) e a filosofia crítica da história (de Hempel, Collingwood e White), situando bem diferenças que muitos tendem a esquecer (propositalmente ou não). Tal apresentação desemboca na interpretação que o autor faz de **Metahistory**, de Hayden White, segundo a qual existiriam três níveis distintos no texto histórico: o da descrição, o da explicação e, por fim, o do texto como um todo: “As descrições e explicações que podemos encontrar no texto são meros componentes deste como um todo, e a função deles é contribuir para este todo.”⁴ Este argumento atravessará todo o livro.

O próprio Ankersmit admite ser uma interpretação baseada não tanto em aspectos explícitos da obra de White, mas mais atreladas às suas intuições quanto às intenções do americano. Mas o ponto que considero mais significativo dessa leitura é o seguinte: “Devemos notar que a teoria da história de White, tal como desenvolvida em seu livro, focaliza exclusivamente o nível do texto histórico [...]”, donde a conclusão de que “[...] não podemos esperar que a teoria da história de White nos informe acerca do problema epistemológico de por que um texto histórico pode fazer melhor justiça ao passado do que outro”.⁵ Aqui, ele toca naquilo que deveria ser evidente ao leitor cuidadoso, a saber, que White discutiu apenas os aspectos literários do texto histórico. E me parece que não é essa a leitura mais corrente de **Metahistory**⁶. Eis que Ankersmit discute, ao longo das 338 páginas que se seguem, a questão da referência no texto histórico. O historiador holandês está interessado aqui em entender aqui o que Certeau, citando Barthes, chamou de “efeito de real”,⁷ ou o que Ricoeur tratou como fruto de um “pacto tácito de leitura”.⁸

⁴ ANKERSMIT, Frank Rudolf. **A Escrita da História**: a natureza da representação histórica. Londrina: EdUEL, 2012, p. 20-21.

⁵ Ibid., p. 22.

⁶ Ver, por exemplo, DEWALD, Jonathan. Roger Chartier and the Fate of Cultural History. **French Historical Studies**, Durham, v. 21, n. 2, p. 221-240, 1998; CHARTIER, Roger. Writing the Practices. **French Historical Studies**, Durham, v. 21, n. 2, p. 255-264, 1998. Outros exemplos são Carlo Ginzburg e Dirk Moses: GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Cia das Letras, 2007; MOSES, Dirk. Hayden White, Traumatic Nationalism, and the Public Role of History. **History & Theory**, Middletown, v. 44, n. 3, p. 311-332, 2005.

⁷ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 52.

⁸ RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. **Annales HSS**, Paris, 55e année, n. 4, p. 731-747, 2000, p.

O primeiro capítulo, **O uso da linguagem na escrita da história**, tem o mérito de pensar a distinção entre a forma linguística do paradigma iluminista (a declaração geral) e a forma linguística do paradigma romântico (a narrativa histórica). Ankersmit trata de mostrar efetivamente a incompatibilidade entre a declaração geral, comumente associada ao saber científico, e a narrativa histórica, característica do saber historiográfico, apontando para suas diferentes finalidades.

Diferente da lei geral iluminista, a narrativa histórica não pode ser tomada segundo o isolamento de declarações singulares. É na totalidade do texto histórico, ou seja, no sentido dado ao fato pela narrativa do historiador que se produz efetivamente a narrativa. E mesmo as narrativas produzidas não estão isoladas; elas se submetem ao fórum do debate acadêmico. Essa dimensão dialógica é essencial para que Ankersmit proponha uma resposta ao questionamento da justificativa de se preferir uma narrativa do passado em detrimento de outras. Para ele,

Quando um historiador constrói sua narrativa, ele seleciona aquelas declarações que pensa serem melhores guias para um entendimento do passado. Ele acredita que sua seleção seja a melhor proposta de como o passado deveria ser visto. [...] Não importa quão boa seja minha razão para sugerir uma proposta a você, minha proposta é um convite para que você faça alguma coisa e não a afirmação de que algo é o caso. Propostas não são nem verdadeiras, nem falsas; [...] ⁹

Por um lado, tem-se que as declarações singulares de que se vale o historiador são verificáveis, mas só adquirem sentido quando dispostas ao longo de uma narrativa; por outro, a narrativa é uma *proposta de sentido* formulada pelo historiador e, portanto, em sua totalidade, não encerra em si mesma a verdade ou falsidade, e ao mesmo tempo supõe que será material de debate. “Uma parte essencial da natureza das propostas é que elas não são universalmente aceitas, enquanto elas são, todavia, sujeitas à discussão racional”.¹⁰ O ponto é que a ideia de debate presume que haja mais de uma proposta: “Essas propostas são sempre maneiras de ver o passado, e se nos é oferecida apenas uma maneira de olhar para o passado, isso facilmente se transformará em uma convicção concernente a como o passado realmente foi”.¹¹

Ora, a primeira consequência disso é que não se pode falar *qualquer coisa*. Se a proposta ensejada pela narrativa deve se submeter ao crivo do debate, e se os consensos

⁹ ANKERSMIT, Frank Rudolf. **A Escrita da História**: a natureza da representação histórica. Londrina: EdUEL, 2012, p. 50-51.

¹⁰ Ibid., p. 52.

¹¹ Ibid., p. 59.

são sempre provisórios e parciais, passamos a nos referir a uma instância de validação do discurso que é necessariamente social. Entendo que o que se estabelece é que a comunidade de historiadores tem uma espécie de dever ético de debater (afirmar ou refutar) as propostas elaboradas.

Em seguida, em **A Virada Linguística, Teoria Literária e Teoria da História**, Ankersmit faz um balanço das discussões em torno da Virada Linguística de 1973, ano da publicação de **Metahistory**, até 2001, ano da redação do capítulo. De maneira sintomática, ele aponta que os teóricos da história têm confundido as críticas da Virada Linguística, da filosofia da linguagem, com as críticas vindas da teoria literária.

A confusão entre “virada linguística” e “teoria literária” nas discussões teóricas da história não é caso único. Os desentendimentos entre historiadores e filósofos já têm longa história,¹² e as apropriações “peculiares” da filosofia pelos historiadores está longe de passar despercebida.¹³ Quando digo que as conclusões de Ankersmit são sintomáticas, refiro-me a que seu balanço evidencia que esse tipo de “tensão de fronteira” não é referente a casos isolados, mas faz parte de um conjunto de reações às investidas contra uma determinada maneira de fazer história.

Seu primeiro esforço é o de mostrar, numa longa exposição, que a querela da Virada Linguística não é uma defesa da irracionalidade:

[...] de qualquer ângulo que escolhermos para observar a Virada Linguística, ela jamais poderá ser interpretada como um ataque à verdade, ou como uma licença ao relativismo, pois não questiona a verdade em nenhum sentido, apenas o critério empirista de distinção entre verdade empírica e analítica.¹⁴

Ou seja, é por entender que o ataque dos filósofos da linguagem se dirige ao critério de verdade, e não à “verdade em si”, que Ankersmit pode dizer que não é possível falar da obrigatoriedade de um ceticismo inconsequente. A distinção que o pensador holandês faz entre descrição e representação dá um ótimo exemplo dessa

¹² Cf. REIS, José Carlos. **História da “Consciência História” Ocidental Contemporânea**: Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Particularmente o prefácio e a introdução do livro discutem o conturbado relacionamento entre historiadores e filósofos.

¹³ Cf. GONÇALVES, Sérgio Campos. Enfrentamentos Epistemológicos: teoria da história e problemática pós-moderna. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 8, p. 187-196, 2012.

¹⁴ ANKERSMIT, Frank Rudolf. **A Escrita da História**: a natureza da representação histórica. Londrina: EdUEL, 2012, p. 72.

perspectiva,¹⁵ qual seja, a de que só existe possibilidade de relativismo em uma leitura que confunda instâncias e níveis diferentes do texto histórico:

Por um lado, o texto histórico contém o nível da “fala” (isto é, o nível no qual o historiador descreve o passado em termos de declarações individuais sobre eventos históricos, assuntos estatais, ligações causais, etc.). Por outro, é também composto pelo nível no qual a discussão que toma lugar é sobre que porção da linguagem (isto é, qual texto histórico) melhor representa ou corresponde a tal parte da realidade passada.¹⁶

Assim, não é possível falar simplesmente de “verdade”; há que se considerar que a verdade se produz em diferentes níveis, e, por isso, está sujeita a diferentes critérios. Ankersmit é enfático: é preciso ser crítico tanto do empirismo ingênuo e/ou cego quanto do ceticismo irresponsável. Mais que um slogan, essa possibilidade é apontada na prática: “[...] isso se pode fazer atribuindo tanto à descrição (e “referência”) quanto à representação (e “ser sobre”) o que lhes é devido, enquanto, ao mesmo tempo, reconhecemos as limitações de cada um”.¹⁷ Segue-se uma longa crítica às reações de Richard Evans, John Zammito, Carlo Ginzburg e Chris Lorenz, como sendo frutos de leituras equivocadas ou desatentas, a qual o autor finaliza com uma afirmação que dificilmente poderíamos considerar irracional: “(1) descrição (“fala”) e representação (“fala sobre a fala”) são ambas parte da tentativa do historiador de lidar com o passado, e (2) não deveríamos nunca ser tentados a abandonar uma em favor da outra”.¹⁸

Por fim, ele retoma **Metahistory** para apontar que tanto White quanto a maior parte dos que se devotaram a pensar a teoria da história se referem mais à teoria literária do que à filosofia da linguagem e sua Virada Linguística. A distinção é importante porque teoria literária e filosofia da linguagem são campos distintos, com preocupações muito distintas, e, portanto, com contribuições particulares a oferecer. A teoria literária pode ajudar a entender o texto histórico enquanto texto, mas ela “[...] é muito menos útil quando temos de lidar com o problema central da teoria histórica, qual seja, o problema de como o historiador conta ou representa a realidade passada”.¹⁹ É com essa distinção

¹⁵ ANKERSMIT, Frank Rudolf. **A Escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: EdUEL, 2012, p. 76-88.

¹⁶ Ibid., p. 79.

¹⁷ Ibid., p. 88.

¹⁸ Ibid., p. 98-99.

¹⁹ Ibid., p. 115.

importante que Ankersmit pretende solucionar a confusão entre as diferentes propostas sobre as reflexões sobre a linguagem.

Seu terceiro capítulo, **Da Linguagem para a Experiência**, apresenta um cuidado conceitual importante ao definir a noção de experiência entre “experiência histórica objetiva” e “experiência histórica subjetiva”.²⁰ Longe de serem categorias fechadas, Ankersmit sugere que muitas vezes elas se sobrepõem, fundem-se, no que ele chama de “experiência sublime do passado”. Uma passagem significativa para explicar essas relações:

Quanto mais estamos prontos a reconhecer que as pessoas no passado (objetivamente) experienciaram [sic] seu mundo de uma maneira fundamentalmente diferente de como experienciamos [sic] o nosso, mais o passado adquire contornos bem definidos de um objeto (subjetivo) da experiência histórica.²¹

Assim, para ele, distanciar as experiências objetivistas e subjetivistas, ou seja, pretender que as experiências do passado não afetam de maneira alguma as experiências do presente é o motivo principal da baixíssima relevância cultural da história nos dias de hoje. Discutindo, então, o complexo relacionamento entre experiência e linguagem nos pensamentos de Rorty, Gadamer e Derrida, Ankersmit procura um caminho para a possibilidade de pensar a experiência fora da linguagem. Segundo ele, os três filósofos abandonaram a noção de experiência pelo transcendentalismo linguístico,²² mais ou menos identificado com a proposta da hermenêutica transcendental. A essa postura, Ankersmit propõe outra, inspirada em uma tradição medieval de comentário que persiste até o humanismo do século XVI. Para o holandês, “[...] existe, primeiramente, o texto que lemos; em segundo lugar, a experiência de ler e, em terceiro, a representação que dá conta de como o historiador leu (experienciou o texto) [...]”;²³ neste sentido, o objeto da hermenêutica transcendental se dissolve: “O significado apenas passa a existir quando um leitor leu, ou melhor ‘experienciou’ um texto e depois deu a ele uma representação em concordância com essa leitura-experiência[...]”.²⁴ Para ele não há algo que se possa considerar como o “significado intrínseco” e, portanto, não há também uma “interpretação objetiva” – mas, ao mesmo tempo, não há a possibilidade de que

²⁰ ANKERSMIT, Frank Rudolf. **A Escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: EdUEL, 2012, p. 128.

²¹ Ibid., p. 130.

²² Ibid., p. 153.

²³ Ibid., p. 169-170.

²⁴ Ibid., p. 171.

qualquer interpretação seja válida, porque a representação é sempre autorizada por uma tradição. O texto é, enfim, um convite a prestar mais atenção ao passado do que aos grandes teóricos: “Boas interpretações não são o *spin-off* de boa hermenêutica, mas boa hermenêutica é meramente o *spin-off* de boas interpretações”.²⁵

Representação e Referência, quarto capítulo, retoma a distinção entre descrição e representação já apresentada; mais especificamente, aqui Ankersmit vai detalhar melhor sua noção de representação. A primeira coisa que chama a atenção é a distinção que ele opera entre a referência e o representado, “E devemos evitar a identificação da pessoa que é representada por uma representação (fotografia ou pintura) de si com o representado por essa representação, que é apenas um aspecto da pessoa em questão.”²⁶ Essa distinção fundamenta seu argumento no sentido de estabelecer o critério avaliativo por meio do qual podemos preferir uma representação em detrimento de outras. Ademais, ela se mostra produtiva porque “[...] a representação apresenta-nos a certos aspectos da realidade representada, de forma que você pode chamar a atenção de alguém para certas características de algo.”²⁷

Para o autor, “Os historiadores costumam confundir *vérités de fait* (verdades sobre Napoleão) com *vérités de raison* (verdades analíticas sobre as representações de Napoleão), confundindo estas últimas com as primeiras”.²⁸ É por isso que a distinção entre nível descritivo (*vérités de fait*) e nível representativo (*vérités de raison*) se coloca como promissora: a descrição consiste na atribuição de predicativos a algo no mundo; a representação consiste num todo, onde cada frase (descritiva ou analítica) contribui para a adequação (ou inadequação) dela com o representado.

O quinto capítulo, **Experiência Histórica: além da Virada Linguística**, retoma a observação de que a Virada Linguística na teoria da história se inspirou mais na teoria literária do que na filosofia da linguagem. O objetivo do texto é explorar o que Ankersmit considera um ponto cego do novo paradigma da filosofia da história: o conceito de experiência histórica. O caminho tortuoso para o estabelecimento desse conceito passa pela ideia de sinestesia, principalmente tal qual formulada por Huizinga, e pela teoria das cores de Goethe. Principalmente esta última é instrumentalizada para

²⁵ ANKERSMIT, Frank Rudolf. **A Escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: EdUEL, 2012, p. 184.

²⁶ Ibid., p. 190.


²⁷ Ibid., p. 194.

²⁸ Ibid., p. 204.

mostrar a inadequação da linguagem em relação à experiência, e demonstrar que a experiência pode preceder a linguagem.

Para Ankersmit, “[...]a experiência histórica dá-nos um autêntico encontro com o passado, no qual a realidade do passado ainda não se encontra contaminada pela linguagem.”²⁹ Essa experiência se daria no momento de ruptura, no momento em que nos damos conta de que algo do passado se perdeu – e só então percebemos que esse algo existia, e que já não existe mais da forma como existia. Lembro imediatamente da proposta de Gumbrecht em seu livro **Produção de Presença**, e particularmente quanto ao debate com Andréa Daher.³⁰

Verdade na História e na Literatura, o próximo capítulo, busca inverter o caminho já muito trilhado que parte do romance para entender a historiografia; aqui o autor parte da escrita da história para entender o que chama de “verdade do romance”. Para ele,



Se a Virada Linguística tivesse feito sua entrada nas humanas por meio da escrita da história, as coisas teriam sido bem diferentes. Pois historiadores escrevem textos, assim como os romancistas. Todavia, esperamos que o texto histórico nos diga a verdade em relação a uma parte do passado. E nenhuma pessoa sensata poderá negar que os historiadores muitas vezes conseguem fazê-lo com sucesso. [...] Isso convida-nos à questão sobre a maneira como a verdade histórica pode contribuir para o entendimento da verdade do texto literário.³¹

Novamente, Ankersmit repetirá o argumento de que não basta dar descrições verdadeiras do passado para se construir uma representação histórica; é preciso que o todo dessa representação apresente adequadamente um aspecto do passado. Enfim, ao comparar a narrativa histórica ao romance, ele opta por apontar que o romance também pode ser suporte de ambições cognitivas, e que também veicula um tipo de verdade. Pode-se perceber que o holandês referencia essa verdade em estreita ligação à questão da experiência, ainda que não o explicita.

O último capítulo, **Sobre História e Tempo**, é o mais curto do livro – apenas quinze páginas, em contraste com a variação entre quarenta e sessenta dos anteriores –

²⁹ ANKERSMIT, Frank Rudolf. **A Escrita da História**: a natureza da representação histórica. Londrina: EdUEL, 2012, p. 267.

³⁰ GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. A resenha de Daher, a resposta de Gumbrecht e a sequência da polêmica foram publicadas nas páginas do jornal **O Globo** de 19, 26 de fevereiro, 5 e 12 de março de 2011.

³¹ ANKERSMIT, 2012, op.cit., p. 277-278.

mas não é, certamente, o menos rigoroso. Aqui, Ankersmit busca pensar a relação entre tempo e história e entender a relativa pouca atenção dada a ele nos escritos teóricos da historiografia do século XX. Para isso, divide o tempo em três categorias (tempo transcendental, tempo cronológico e tempo vivido) para, ao final, concluir que nenhuma dessas três modalidades de tratar o tempo tem importância crucial para o estudo da história. Isso não significa que a escrita da história ignora o tempo, mas que sua tarefa é propriamente transformá-lo em outra coisa: “Em outras palavras, o tempo é o alimento por meio do qual o estudo da história sobrevive, e que depois é transformado em algo essencialmente diferente, ou seja, a coerência narrativa.”³² Para chegar a tal conclusão, ele opta por confrontar a reflexão de David Carr, ao invés da de Paul Ricoeur, com as de Louis Mink e Hayden White. Argumenta que quando Carr diz que a vida tem uma estrutura narrativa, este confunde dois níveis distintos: o da vida e o da história; o da ação e o da narrativa, reafirmando a ideia de Mink de que só se pode contar uma história depois de ela ser vivida.

A **Entrevista**, ao final do livro, traz alguns esclarecimentos mais pontuais, mas não menos úteis a quem se debruça sobre o pensamento de Ankersmit. A primeira declaração que chama a atenção é a seguinte: “[...] o pós-modernismo atraiu uma série de reflexões desleixadas e irresponsáveis e é por isso que eu não gostaria mais de me caracterizar como um pós-modernista”.³³ Ele explica que, em seu entendimento, certas reflexões pós-modernistas dispensaram a reflexão e o trabalho para a construção de pontes possíveis entre linguagem e realidade:

É por isso que passei, há algum tempo, da noção de narrativa para a de representação. Em primeiro lugar, porque essa noção não está contaminada com tudo o que os narrativistas associam com a narrativa; e, em segundo lugar, porque a noção sugere fortemente o que é representado: se você tem representações também deve haver algo que é representado por elas. Deste modo, você pode corrigir o distanciamento entre linguagem/realidade, tão característico da teoria narrativista.³⁴

A recusa ao que chama de irresponsabilidade pós-modernista e, ao mesmo tempo, a busca da superação da barreira firme instituída entre linguagem e passado pelas teorias desconstrutivistas, pós-estruturalistas, etc, são citados como as justificativas

³² ANKERSMIT, Frank Rudolf. **A Escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: EdUEL, 2012, p. 317.

³³ Ibid., p. 320.

³⁴ Ibid., p. 321.

do trabalho em torno do conceito de experiência histórica. Outros pontos interessantes, mas que o autor não chega a desenvolver, são a questão do testemunho e o lugar das reflexões teóricas na historiografia.

Se se pode fazer um balanço ao final da leitura deste livro, penso que é a seguinte: trata-se de uma resposta elegante à ingenuidade empirista, ao mesmo tempo em que elabora uma crítica incisiva a qualquer irresponsabilidade com relação ao caráter de saber da historiografia. É evidente que nunca se pode agradar a todos, mas Ankersmit mostra, ao longo dessas páginas, que se pode fazer uma reflexão rigorosa e que leve em conta as críticas recentes da filosofia da linguagem sem abrir mão da referencialidade.



www.revistafenix.pro.br